

Educação de jovens e adultos como educação popular: direito a ser conquistado

Education of youth and adults as popular education: right to be conquered

Dulcinéia de Fátima Ferreira*
Ana Maria de Campos**

Resumo: abordamos neste trabalho o modo como a Educação de Jovens e Adultos – EJA – vem sendo desenvolvida, de modo geral, nas instituições de ensino no Brasil. Revisitamos concepções teóricas e metodológicas ligadas à epistemologia da Educação Popular, com o propósito de reafirmarmos a potência desta práxis educativa no campo da EJA. Desejamos com este estudo contribuir para que a EJA se configure como Educação Popular, pois entendemos que este é ainda um direito a ser conquistado, em face da compreensão acerca do jogo de forças existente na sociedade capitalista ocidental, o qual interfere diretamente na sociabilidade humana. O modo de vida e de sobrevivência imposto aos jovens e adultos pertencentes às classes populares, em contextos de vulnerabilidade social, repercute significativamente em seus percursos escolares, e, em muitas vezes, os seus direitos educativos são negados ou subtraídos. São diversas as formas de exclusão, de silenciamento e de produção do sentimento de impotência. Nesse contexto é que nos comprometemos com a EJA tendo como centro da nossa atenção a realidade política, social e econômica do nosso país. A partir de pesquisas, de estudos situados e em diálogo com diversos outros pesquisadores desse campo, compreendemos ser urgente e indispensável revermos e reinventarmos as concepções e metodologias ainda em curso na Educação de Jovens e Adultos. Ao nosso ver, vivenciar a EJA a partir da Educação Popular possibilita a ampliação dos horizontes de vida dos educandos e educandas, bem como de educadoras e educadores, para além da lógica do capital. Assim, nosso propósito é o de contribuir no caminho da reinvenção da EJA como Educação Popular.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Educação Popular. Direitos Humanos. Política de subjetivação.

Abstract: we approach in this work the way in which the Education of Young and Adults - EJA - has been developed, in a general way, in the educational institutions in Brazil. We revise theoretical and methodological concepts linked to the epistemology of Popular Education, with the purpose of reaffirming the power of this educational praxis in the field of EJA. With this study, we hope to contribute to the formation of EJA as Popular Education, because we believe that this is still a right to be won, given the understanding of the game of forces in Western capitalist society, which directly interferes with human sociability. The way of life and survival imposed on youths and adults belonging to the working classes, in contexts of social vulnerability, have a significant impact on their school pathways, and in many cases their educational rights are denied or subtracted. There are several forms of exclusion, silencing and production of the feeling of impotence. In this context, we commit ourselves to the EJA with our political, social and economic reality as our center of attention. Based on research, studies and dialogue with several other researchers in this field, we understand that it is urgent and indispensable to review and reinvent the conceptions and methodologies still underway in Youth and Adult Education. Popular Education allows the widening of the students life horizons, as well as educators, beyond the logic of capital. Thus, our purpose is to contribute in the way of the reinvention of the EJA as Popular Education.

Keywords: Youth and Adult Education (EJA). Popular Education. Human rights. Subjectivation policy.

* Pedagoga com Mestrado e Doutorado em Educação, Pós-Doutorado em Cultura Popular. Professora Adjunta IV na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – *campus* Sorocaba, junto ao Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB), Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE), São Paulo – Brasil. E-mail: dulceferreira@ufscar.br

** Historiadora com Mestrado e Doutorado em Educação. Professora da Pós-graduação em Educação no Unisal – *campus* Liceu, Campinas, SP. E-mail: belobelo_22@yahoo.com.br

Mirando o percurso formativo e a contextualização do tema

Neste trabalho abordamos como a Educação de Jovens e Adultos – EJA – vem sendo desenvolvida, de modo geral, nas instituições de ensino no Brasil. Revisitamos concepções teóricas e metodológicas da Educação Popular com o propósito de reafirmarmos a potência desta práxis educativa na EJA. Desejamos com este estudo contribuir para que a EJA se configure como Educação Popular. Ao nosso ver, vivenciar a EJA a partir da Educação Popular possibilita a ampliação dos horizontes de vida dos educandos e educandas, bem como de educadoras e educadores para além da lógica do capital.

A elaboração deste trabalho ocorreu a partir de estudos e de vivências de mais de 25 anos em torno da Educação de Jovens e Adultos, experienciadas na perspectiva da Educação Popular. Diferentes situações e oportunidades nos levaram à realização de estudos e pesquisas acadêmicas compartilhadas em forma de Dissertação de Mestrado, Tese de Doutorado, como também na proposição e realização de cursos de formação continuada em redes públicas de ensino e em instituições organizadas da sociedade civil. Trabalhamos no programa de alfabetização de Jovens e Adultos no Sindicato da Construção Civil de Campinas. Atuamos como docentes em escolas públicas estaduais e privadas, em diferentes municípios do estado de São Paulo, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio e, contemporaneamente, estamos vinculadas ao Superior. Exercemos a coordenação do Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Campinas. Mirando esse longo itinerário, a partir da problematização de nossas práticas e dos contextos dos quais tomamos parte, nos desafiamos a partilhar alguns dos nossos desassossegos e das lições aprendidas no caminho. Como ensinou Paulo Freire (1978, p. 11): “Estudar é também e sobretudo pensar a prática e pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo”.

Durante nosso percurso formativo fomos percebendo como, sorrateiramente, a racionalidade ocidental capitalista foi se impregnando no modo de vida cotidiano das pessoas e produzindo “subjetividades conformadas” (SANTOS, 2007) e o quanto a política de subjetivação em curso busca inculcar em nós a marca da impotência, tentando nos reduzir à insignificância e à irrelevância, como se fôssemos seres inferiores.

No momento em que escrevemos este artigo, reconhecemos que estamos em meio a um jogo de forças políticas e econômicas, que tem afetado diretamente o nosso viver. Não é possível sair ileso desse contexto turbulento. De uma forma ou de outra, somos afetadas pela operacionalidade da ordem neoliberal devastadora, pela competitividade no mercado de trabalho, pelo ataque aos direitos trabalhistas e direitos humanos nesse cenário de caos, em que a violência generalizada nos atravessa. Muitas estão adoecendo e se afastando da possibilidade de um agir solidário. As palavras são silenciadas. Movimentos sociais são brutalmente combatidos. Há um notório arrefecimento do cuidado com a vida e do zelo

pelo que é fundamental na existência humana. A complexidade dessa sociabilidade desagregadora tem gerado medo e muitas vezes um estado de coma no nosso “corpo vibrátil”, corpo das sensações (ROLNIK, 2003), paralisando nossa capacidade inventiva e nosso “jogo de cintura” para criar alternativas para a vida se realizar.

Especialmente na Educação de Jovens e Adultos, nos deparamos com sujeitos que, por conta desse jogo de força, tiveram seus percursos escolares interditados, seus direitos negados. Para chegarem às salas de aula e se apropriarem do direito à educação, os jovens e adultos precisaram de muita determinação e resistência. Um esforço que, às vezes, chega à beira da exasperação, uma vez que a condição de sobrevivência em uma sociedade de classes como a que vivemos é a do apartheid social, com a negação e a privação dos direitos básicos consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). São diversas as formas de exclusão, de silenciamento e de produção do sentimento de impotência.

Embora a fase da vida jovem e adulta seja plena de possibilidades, muitas pessoas, quando retornam às instituições escolares, já não acreditam mais em sua capacidade intelectual ou no seu potencial criador, pois foram inculcadas a crer que são incapazes, como mostrou Paulo Freire (2000) em suas cartas pedagógicas.

Diante do cenário que vivemos, entendemos ser urgente e indispensável revermos e reinventarmos as concepções e metodologias arcaicas ainda presentes em muitas instituições escolares que trabalham com a modalidade da EJA. Ao nosso ver, a EJA como Educação Popular é um direito a ser conquistado. Por tudo que vivemos e estudamos nos últimos 25 anos, defendemos a aproximação da EJA das concepções e práticas da Educação Popular propostas por Paulo Freire, Oscar Jara, Carlos Rodrigues Brandão, Rosa Maria Torres, Victor Vincent Valla, Carlos Alberto Torres, dentre outros educadores e educadoras latino-americanos.

Compartilharmos neste trabalho alguns dos motivos que nos animam a nos envolver neste debate. A partir da denúncia sobre a urgência da reinvenção da Educação de Jovens e Adultos, na sequência anunciamos a potência das práticas a partir do encontro com a Educação Popular como possibilidades de nos inspirarmos nessa vertente teórica libertadora, fecundada em nossa latino-américa, pois ela é ao mesmo tempo uma forma de resistência e de reexistência.

Denúncia: sobre a urgência de reinventarmos a Educação de Jovens e Adultos

O Brasil vive hoje um momento bastante conturbado de sua história, com o agravamento de uma crise política e institucional expressa em um golpe de estado jurídico-parlamentar-midiático que está em curso. Forças sociais aglutinadas em torno de movimentos sociais e populares estão nas ruas questionando e patrocinando a resistência ao golpe, que afastou da presidência da República a presidenta eleita democraticamente em sufrágio universal, no ano de 2014. Nesse contexto de absoluta efervescência política e

de retirada de direitos constitucionalmente proclamados é que apresentamos as reflexões acerca da necessidade de reinventarmos os modos de ser e estar na Educação de Jovens e Adultos.

A EJA é uma modalidade de ensino escolar com uma construção histórica singular, por isso é importante situá-la e compreendê-la no seu percurso de existência. Voltemos brevemente aos anos de 1950 no Brasil, período do governo de Juscelino Kubitschek, quando foi manifesta pelo Governo a preocupação com a miséria do povo, a democratização do país, bem como com algumas questões educacionais:

A liberdade de expressão, característica dos últimos anos do governo Kubitschek, e a efervescência política dos primeiros anos da década de 60 contribuíram para que estudantes, intelectuais, educadores, políticos, etc... buscassem a construção de um projeto político, que possibilitasse a superação e a dominação do capital sobre o trabalho e tudo que desta dominação decorresse [...] É neste contexto que a proposta de educação de Paulo Freire se expande, o processo de alfabetização pautado nos princípios da Educação Popular, passa a ser um espaço, onde o educando encontra possibilidades de reinventar-se na história, ultrapassando sua situação de homem objeto para homem sujeito-histórico transformador. (PEREIRA, 2006, p. 55-56).

Juntamente com as forças emancipatórias expressivas neste período, ocorreram mobilizações das forças regulatórias (SANTOS, 2007) e, em 31 de março de 1964, o País sofreu um golpe civil-militar. Durante a vigência da ditadura civil-militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, tal qual viveram outros países latino-americanos, “[...] os movimentos de educação popular foram destruídos e seus educadores e aliados cassados, presos e exilados [...] Foram anos de chumbo” (GÓES; CUNHA, 1985, p. 34).

De dentro deste contexto sombrio, os movimentos sociais brasileiros, das mais variadas expressões, foram se reconstituindo na luta pela redemocratização, e dentre tantas bandeiras, trouxeram em sua agenda a demanda por uma escola pública democrática e laica, voltada para toda a população, conforme veio a ser consignado na Constituição Federal de 1988.

A luta pela Educação de Jovens e Adultos fez parte desse movimento, trazendo para o centro do debate a necessidade de atendimento às populações subalternizadas que, historicamente, foram impedidas de terem acesso à escolarização.

A classe trabalhadora, a partir de seus movimentos reivindicatórios e de toda sorte de pressão, obteve conquistas que se expressaram na Constituição de 1988. Uma dessas conquistas diz respeito ao direito de o analfabeto votar e à obrigatoriedade, juntamente com a gratuidade, do Ensino Fundamental ser oferecido para a população, independentemente da idade de quem o demande.

No mesmo período em que essas conquistas foram sendo vagarosamente implementadas, contraditoriamente, houve uma opção por um aprofundamento de programas governamentais neoliberais no Brasil, e “[...] a globalização da exclusão vai se constituindo como uma política pública, que tem o discurso da inclusão e a prática da

exclusão; o discurso da qualidade e a prática do sucateamento dos serviços públicos; o discurso da autonomia e a prática do controle” (PEREIRA, 2007, p. 64).

Durante muitos anos convivemos com a ausência de investimentos, ou de investimentos intermitentes na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Chegamos ao século XXI e por falta de políticas públicas assumidas como programas de Estado voltados para a EJA, nos últimos 50 anos o nosso País não conseguiu garantir o direito à educação a um significativo contingente de jovens e adultos.

Foi no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2011) que a pauta atinente à Educação de Jovens e Adultos retornou ao debate público nacional:

Empossado em 1º de janeiro de 2003, o governo Lula assume o compromisso de desenvolver políticas que pudessem acabar com a fome e o analfabetismo, o que gerou uma grande expectativa na sociedade brasileira. Afirmando que o Brasil não podia mais esperar para virar a página da história desses milhões de pessoas que ainda não haviam adquirido o direito de ler e escrever, o Governo Federal adota algumas prioridades, que pudessem dar resposta à situação de exclusão que se encontravam milhões de brasileiros e brasileiras. Assim, atribuiu ao Ministério da Educação a responsabilidade sobre o problema do analfabetismo no país. Criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, que assumiu a coordenação do programa “Brasil Alfabetizado”. Mais tarde, essa Secretaria integrou-se à SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade). (PEREIRA, 2007, p. 70).

Na *démarche* atual vivida pela sociedade brasileira, alguns direitos que já estavam sendo contemplados, estão, nesse momento, novamente sendo retirados. Nesse sentido, trazemos para partilha alguns questionamentos que temos feito ao longo de nossas vidas.

Em 2013, dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostraram a existência no território nacional de 56 milhões de pessoas que não completaram o Ensino Fundamental. Em um universo de 200 milhões de habitantes, uma em cada três pessoas, acima de 15 anos, até o presente momento não teve oportunidade de concluir o nível básico da escolarização (SOARES; SILVA; SOARES, 2015, p. 01).

O *11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos*, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 29 de janeiro de 2014, revela que, apesar dos esforços dos últimos governos, a taxa de analfabetismo no Brasil não caiu significativamente nos últimos anos.

Ao repercutir o relatório apresentado pela UNESCO, a revista *online* Carta Capital¹, na mesma data, comentou que os indicadores foram elaborados a partir da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD, de 2011, também produzida pelo IBGE. É possível observar que houve uma ligeira queda do analfabetismo com o recuo para o patamar de 8,6% em relação ao censo de 2010. Tal índice corresponde a 12,9 milhões de

¹ BRASIL está entre os dez países que concentram a maior parte do número de analfabetos. *Carta Capital*, 29 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/taxa-mundial-de-analfabetismo-cai-1-em-11-anos-mostra-relatorio-5540.html>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

brasileiros. Se nos detivermos às análises somente dos números, as histórias singulares, os dramas, os desejos e direitos vão sendo ardidamente soterrados por entre os amontoados de índices. As vidas são invisibilizadas pelos números (CAMPOS, 2014).

Mesmo com os avanços nos períodos citados, nas políticas públicas voltadas à EJA, para milhões de brasileiros os direitos relacionados à educação, proclamados na Constituição de 1988, ainda não foram garantidos. Vivemos um momento em que conquistas recentemente implementadas estão sendo extintas pelo grupo que perpetrou o golpe de estado em 31 de agosto de 2016.

Sabemos que o ato de observar os índices não promove o encontro com os dramas humanos neles escondidos, todavia, invocá-los é uma maneira de nos comprometer contra o sequestro dos direitos fundamentais. “É já uma tomada de posição em relação ao outro *escondido* por entre os interstícios das planilhas” (CAMPOS, 2014, p. 154). Segundo Álvaro Vieira Pinto (1991, p. 97), “[...] o que os índices, curvas e gráficos revelam, são essencialmente fatos sociais, que, como tais, só podem ser entendidos em profundidade quando são relacionados com seu significado humano”.

Os indicadores sociais apresentados dão mostras da desigualdade constituinte da nação brasileira. Os movimentos sociais comprometidos com a educação estão em constante luta pela garantia dos direitos desse expressivo contingente de pessoas. E ainda dentro desse quadro, vivemos cotidianamente o trabalho pela reinvenção de currículos e de práticas, que sejam humanizadoras no contexto da EJA.

Acreditamos que se faz necessário desconstruirmos o modelo de educação que Freire (1981) chamou de “educação bancária” (FREIRE, 1981) em busca de um projeto educativo na perspectiva dialógica, implicado com a emancipação “cognitiva, interacional e societal” (SANTOS, 1996) dos educandos, educandas, educadoras e educadores. É urgente o trabalho de reinvenção do nosso modo de ser e estar na EJA com um deslocamento do lugar acostumado da teoria tradicional de currículo para um outro território, que o concebe como *processo* vivido em uma relação dialógica, de constituição de sujeitos.

Tal apontamento é apresentado porque a experiência tem nos mostrado a dificuldade vivida diariamente por jovens e adultos para acessar e permanecer na escola. E quando permanecem, precisam combater diferentes tipos de interdições ao seu direito à escolarização (CAMPOS, 2014).

A partir desse contexto de acentuada precariedade, entendemos que não é possível continuarmos a atuar na Educação de Jovens e Adultos ignorando nossos incômodos com o modo como as políticas públicas e o currículo tem sido pensado e vivenciado. O inconformismo nos provoca a analisar os indicadores sociais. As pesquisas e os debates que realizamos apontam os dados como expressiva demonstração de injustiça social e revelam a urgência de construirmos caminhos de mudanças. No contexto atual, mais do que nunca, pensamos ser imperioso pressionar governantes no sentido de se comprometerem com a EJA como política de Estado, assumindo pactos substantivos e duradouros no que tange ao seu financiamento e à formação inicial e continuada dos educadores e educadoras.

Há alguns anos tem sido intensa e em âmbito nacional a mobilização de parte da sociedade em favor da construção de políticas públicas efetivas destinadas à EJA. Os Fóruns de EJA², criados em todo o território nacional, dão mostras do desejo de mudança e de novas propostas para a construção de um outro projeto político pedagógico para a EJA. Esse movimento passa pela discussão em torno da concepção política da EJA, do

² Maiores informações sobre debates em curso no país acessar o endereço eletrônico do Fórum EJA Brasil: <<http://www.forumeja.org.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

currículo, das metodologias, do modo como a vida se revela no cotidiano das práticas educativas, da organização das redes de ensino, do financiamento, das relações entre instituições e órgãos governamentais.

Anúncio: Educação Popular como inspiração, resistência e reexistência na EJA

Educação, não importando o grau em que ela se dá,
é sempre uma certa teoria do conhecimento que se põe em prática. (Paulo Freire,
1982)

Na primeira parte do texto, apresentamos a denúncia sobre como o modelo econômico capitalista interfere na EJA e o quanto esse modelo de “educação bancária”, ainda impregnado nas escolas e nas práticas de educadores e educadoras, contribui para que a força-regulação se sobreponha à força-emancipação. A partir do trabalho do filósofo húngaro István Mészáros (2005), podemos compreender o quanto a EJA está refém do modelo educacional capitalista.

Mészáros afirma na obra “A educação para além do capital” (2005) que no Ocidente o sistema educacional foi consolidado para *internalizar* nas pessoas a lógica do capital e, por isso, defende a posição de que é necessário a produção de uma *contra-internalização*, que seja coerente e sustentada, que não se esgote na negação do sistema do capital, mas vá além, buscando a construção de uma alternativa abrangente, concretamente sustentada ao que já existe (MÉSZÁROS, 2005, p. 56).

Como entendemos que a história é um campo de possibilidades, neste trabalho realizamos também o anúncio de outras maneiras de ser e estar na EJA. Compreendemos a Educação Popular como prática política gestada no seio das lutas populares, forjadas em ambientes de disputas ideológicas e de espaço de sobrevivência na sociedade. Esse modo de pensar e viver a educação carrega no interior de sua ação no mundo a *vontade de liberdade*: “Ora, pensar a educação popular obriga a uma revisão do *sentido da própria educação*” (BRANDÃO, 1986, p. 12).

A compreensão e a demarcação da educação como direito também são frutos da luta empreendida por diferentes grupos populares espalhados pelo Brasil e por toda a América Latina. Um marco importante desse paradigma teórico pode ser expresso no título e no conteúdo de uma obra seminal de Paulo Freire: *Pedagogia do oprimido*. Ao estudar essa obra, Ernani Maria Fiori afirma:

En sociedades cuya dinámica estructural conduce a la dominación de las conciencias, la pedagogía dominante es la pedagogía de las clases dominantes. Los métodos de opresión no pueden, contradictoriamente, servir a la liberación del oprimido. En esas sociedades, gobernadas por intereses de grupos, clases y naciones dominantes, la educación como práctica de la libertad postula necesariamente una pedagogía del oprimido. No pedagogía para él, sino de él. Los caminos de la liberación son los del mismo oprimido que se libera [...] En un régimen de dominación de conciencias, en que los que más trabajan menos pueden decir su palabra, y en que inmensas multitudes ni siquiera tienen condiciones para trabajar, los dominadores mantienen el monopolio de la palabra, con que mistifican, masifican y dominan. En esa situación, los dominados, para decir su palabra, tienen que luchar para tomarla. Aprender a tomarla de los que la retienen

y niegan a los demás, es un difícil, pero imprescindible aprendizaje: es la pedagogía del oprimido”³ (FIORI, 1973, p. 9 e 26).

A concepção de uma educação para a liberdade, obviamente não é defendida pelos grupos hegemônicos, que tentam, com suas teorias pedagógicas, inculcar o *lugar de pertencimento* aos que não fazem parte desses grupos. Porém, nessa mesma sociedade de classes, nos mesmos espaços onde se produz a legitimação da ordem vigente, também se apresentam as contradições, as brechas por onde se produzem as ideias e práticas contra-hegemônicas. Pensarmos a educação como um espaço/tempo de possibilidades é uma opção dos educadores e educadoras que trabalham pela transformação social:

Quero partir da certeza de que ela é um direito e uma tarefa histórica de pessoas humanas simples como nós, e da imensa maioria das pessoas até hoje excluídas, como o povo. Quero partir da ideia de que, longe de qualquer fundamentalismo pedagógico, cabe também à educação a responsabilidade de abrir as portas da mente e do coração, e de apontar horizontes de construção partilhada de sociedades humanas mais humanizadas. Isto é: para além do capitalismo (BRANDÃO, 2002, p. 22).

A Educação Popular está impregnada do compromisso com a “leitura do mundo”, de sua problematização, de identificação dos sonhos de emancipação, que transbordam das vidas dos esfarrapados do mundo e dos que comungam desse sonho (CAMPOS, 2010). Por isso, a aproximação das vidas dos sujeitos, das suas histórias, de seu contexto social, é fundamental na criação de trabalhos dialógicos, construídos em espaços humanizados, não hierárquicos, nos quais o cuidado se manifeste.

Viver a Educação Popular na EJA é uma opção política e uma forma de reinventar a escola para além da lógica do capital, pois o diálogo e o reconhecimento dos “saberes de experiência feitos” (FREIRE, 2000a, p. 101; FREIRE, 2000b, p. 83) carregam em si o germe potencial de transformação das vidas em contextos situados.

Segundo Brandão (1984, p. 11),

[...] pela primeira vez, entre muitos tropeços e atropelos, mas sem meias-verdades, procurava-se pensar a educação às avessas e associá-la de fato a um tipo de prática descaradamente política, a que se acostumou chamar, de lá para agora, de libertação popular. Aquele foi o começo do tempo da transformação da ideia e da prática de uma Educação de Adultos inocente, vinculada a programas de Desenvolvimento Comunitário aparentemente despolitizados, logo a serviço da política oficial de dominância, numa Educação Popular cuja teoria, desde Paulo

³ “Em sociedades cuja dinâmica estrutural leva à dominação das consciências, a *pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes*. Os métodos de opressão não podem, de forma contraditória, servir à libertação do oprimido. Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a *educação como prática da liberdade* postula necessariamente uma *pedagogia do oprimido*. Não pedagogia para ele, mas dele. Os caminhos da libertação são os do próprio oprimido que se liberta [...] Em um regime de dominação de consciências, no qual os que mais trabalham, menos podem dizer sua palavra, e em que imensas multidões nem sequer têm condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com a qual eles mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizer sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la daqueles que a retêm e a negam aos demais é uma difícil, mas imprescindível aprendizagem: é a *pedagogia do oprimido*” (tradução livre das autoras do artigo).

Freire, faz a denúncia dos usos políticos da educação opressora e cuja prática converte o trabalho pedagógico do educador em favor do trabalho político dos subalternos, vinculado aos movimentos populares e às práticas de classe.

Na Educação Popular o *outro* adquire centralidade e não os programas destinados a domesticar ou “capacitar” para o trabalho. Ao contrário, os planos de curso clamam pela contextualização, que é construída a partir das demandas da vida:

A educação popular lida com rostos que tornam o seu rosto, entre tantos outros, popular. Ao escolher ir aos que ficaram à margem, ao convocá-los ao círculo de diálogo e não à monotonia das carteiras em filas silenciosas, o educador desta escolha aprende a viver a sua realidade. Ao dizer aos seus estudantes que digam o que pensam para que daí algo se construa da maneira mais solidária possível, o educador popular aprende a lidar, com o mistério do outro [...] (BRANDÃO, 2002, p. 43).

A Educação Popular é uma inspiração teórica e vivencial, mas é também um sonho que pode ser vivido em nossas práticas de reinvenção da EJA. Paulo Freire escreveu um texto inspirador chamado “Educação: o sonho possível”, no qual afirma: “Esta coerência vai crescendo na medida, sobretudo, em que a gente descobre outra obviedade que é a seguinte: não é o discurso, a oralidade, o que ajuíza a prática, mas ao contrário, é a prática quem ajuíza o discurso” (1982, p. 98).

Somos seres de relação. Essas relações estabelecidas no âmbito das práticas pedagógicas podem nos lançar no movimento de reinvenção da EJA, no diálogo com os sujeitos demandantes dessa Educação de Jovens e Adultos. Através da escuta, da partilha, em comunhão, podemos construir espaços de humanização e de contra-internalização da lógica excludente.

Amorosamente, Paulo Freire vai dizendo que “[...] o sonho viável exige de mim pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites da minha própria prática, que significa perceber e demarcar a existência do que eu chamo espaços livres a serem preenchidos” (FREIRE, 1982, p. 100).

Nesta partilha que trazemos, procuramos encontrar os espaços livres a serem preenchidos! Podemos compreender a Educação Popular como um desafio para a democratização da EJA e de toda a escola pública,

[...] pois a escola defendida como direito, por meio de uma histórica luta da classe trabalhadora, também vai se constituindo, como instituição socialmente produzida, em um espaço de luta entre a reprodução das desigualdades sociais e a produção de possibilidades mais democráticas. O conjunto de acontecimentos cotidianos, em que se entrelaçam atração e repulsa, possibilidades e obstáculos, expressa a ambivalência com que se tece a complexidade de suas práticas. A escola está constituída por desejos opostos por ser lócus de produção e legitimação de conhecimentos, valores e práticas sociais; espaço tramado com os sujeitos e processos que ali se entrecruzam, se interpelam, se interpretam, enfim, dialogam e se confrontam nos espaços liminares de suas várias fronteiras (ESTEBAN, 2007, p. 12).

Ao percorrermos esse caminho de partilha de ideias e de modos de ser e estar no trabalho educativo, podemos afirmar que viver a EJA como Educação Popular é um sonho possível, pois, como afirmou Freire,

Se é possível obter água cavando o chão, se é possível enfeitar a casa, se é possível crer desta ou daquela forma, se é possível nos defender do frio ou do calor, se é possível desviar os leitos de rios, fazer barragens, se é possível mudar o mundo que não fizemos, o da natureza, por que não mudar o mundo que fazemos, o da cultura, o da história, o da política (FREIRE, 2000, p. 98).

Podemos, como cantou o poeta, lapidar nossa procura, contribuindo para a transformação de cenários desumanizantes:

Lapidar
minha procura toda
trama lapidar
o que o coração
com toda inspiração
achou de nomear
gritando: alma

Recriar
cada momento belo já vivido
e ir mais
atravessar fronteiras do amanhecer
e ao entardecer
olhar com calma
então

Alma, vai além de tudo
o que o nosso mundo ousa perceber
casa cheia de coragem, vida
tira mancha que há no meu ser
te quero ver
te quero ser
alma

Milton Nascimento / José Renato

Referências

BRASIL está entre os dez países que concentram a maior parte do número de analfabetos. **Carta Capital**, 29 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/taxa-mundial-de-analfabetismo-cai-1-em-11-anos-mostra-relatorio-5540.html>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **A questão política da Educação Popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAMPOS, Ana Maria de; PACHANE, Graziela Giusti. Vamos fazer da nossa vida uma obra de arte? **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 2, p. 173-190, 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/13557/14010%3E>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CAMPOS, Ana Maria de. **Histórias contidas e nem sempre contadas na formação de jovens e adultos**. 2014. 392p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/254097>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

ESTEBAN, M. T. Educação popular: desafio à democratização da escola pública. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 9-17, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a02v2771.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a decir su palabra. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogía del oprimido**. 8ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI: Tierra Nueva, 1973, p. 9-26.

FREIRE, Paulo. Considerações em torno do ato de estudar. In: FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 09-12.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **O educador: vida e morte, escritos sobre uma espécie em perigo**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000b.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em Educação Popular**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GARCIA, Pedro Benjamim. Educação Popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **A questão política da Educação Popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 88-121.

GÓES, Moacyr de; CUNHA, Luis Antônio. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NASCIMENTO, Milton; RENATO, José. **Ânima**. Intérprete: Milton Nascimento. In: NASCIMENTO, Milton *Ânima*. São Paulo: Polygram, 1982. 1 CD, faixa 03.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos. **EFA Global Monitoring Report**. Paris, n. 11, 2014. 56 p.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira. **Revisitar Paulo Freire**: uma possibilidade de reencantar a educação. 2006. 209f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-

Graduação em Educação, UNICAMP, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251870>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira. Educação de jovens e adultos e educação popular: um olhar histórico sobre as políticas públicas ou a ausência delas. **Revista Eccos**, São

Paulo, vol. 9, n. I, p. 53-74, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71590104>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 7. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

ROLNIK, Sueli. “Fale com ele” ou como tratar o corpo vibrátil em coma. **Simpósio Corpo, Arte e Clínica**, 2003, Porto Alegre. UFRGS, 11 mar.2003. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/falecomele.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2017.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luis Heron da (Org.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOARES, Leôncio José Gomes; SILVA, Fernanda Rodrigues; SOARES, Rafaela Carla e Silva. Educação de jovens e adultos e propostas curriculares: (re)conhecer especificidades dos sujeitos. In: **Anais** da 37ª Reunião Nacional da ANPEd, 2015, Florianópolis. *Anais eletrônicos da 37ª Reunião Nacional da ANPEd*, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT18-4639.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Recebido em: 30/10/2017.

Aprovado em: 15/12/2017.